



PARA HAVER REFORMA É PRECISO PROVOCAR

Colóquio Internacional do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) discute Tributação, Desenvolvimento, Infraestrutura e Sustentabilidade

Por Rodolfo Amstalden

No final de novembro de 2009, no auditório da FGV-SP, o Colóquio Internacional do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) discutiu Tributação, Desenvolvimento, Infraestrutura e Sustentabilidade, visando a construir “cenários para o Brasil da próxima década”. O resultado do encontro foi dar corpo a propostas que aparecem em pedaços nem sempre conexos, mas ali puderam ser concatenadas. Isso foi conseguido num encontro marcado pela interdisciplinaridade: houve grande troca de ideias entre administradores, advogados, economistas e até um psicanalista, fossem acadêmicos ou profissionais de empresas privadas e públicas. Ao longo das intervenções houve forte teor crítico por parte dos participantes em relação ao sistema tributário atual. A cobertura completa do colóquio pode ser lida em www.fgv.br/revistagetulio.

“Isso é um colóquio, não um seminário”. A distinção, lembrada pelo professor de Economia da FGV Fernando Rezende, introduziu os modos para participar do evento. “Seminário dá a ideia de algumas pessoas voltadas para ensinar e muitas voltadas para aprender. Colóquio dá a ideia de muitas pessoas provocando e outras muitas reagindo.” O próprio tema do colóquio só funcionaria com o público disposto a levar adiante os três dias, sem piscar frente a slides de Powerpoint. “Discutimos o Direito tentando encontrar respostas que realmente melhorem as leis brasileiras”, comentou Eurico Marcos Diniz de Santi, logo ao início. Ao conduzir o NEF, de Santi afirma um espaço aberto, casando público e privado, compartilhando projetos e execuções. E isso orientou o encontro: convidados plurais, currículos que unem teoria e prática.

“Dentro de um processo democrático, precisamos não só pensar nos problemas, mas também propor mudanças efetivas”, ressalta Eurico. “Os estudos são voltados não para fazer doutrina, mas para impulsionar as condições de desenvolvimento social e econômico, em proveito do país. Temos uma preocupação pragmática de que as conversas ultrapassem o ambiente acadêmico e se transformem em projetos de lei”.

O NEF e seu colóquio provocam e reagem a iniciativas que apurem o entendimento sobre a justiça tributária, simplifiquem a regulamentação dentro do ambiente de negócios e tornem eficiente o uso da arrecadação pública. “Sabemos que reforma tributária se faz melhorando o governo. No entanto, o governo não melhora do nada. Precisamos recuperar o interesse do setor privado, a cobrança vinda do cidadão”, sentencia de Santi: de 1988 a 2008 nos-

sa carga tributária cresceu 20 pontos percentuais. Como reflexo, aumentou também o contencioso tributário, “em função da complexidade do sistema e da asfixia que ele impõe aos contribuintes”. Como chegamos a essa combinação? “Por meio das disputas entre um Estado querendo arrecadar sempre mais e uma sociedade buscando se esquivar dos ônus tributários”.

Pedro Delarue, presidente do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), pergunta quem formula a política tributária em nosso país. “São os políticos, que têm interesses eleitorais? Ou são os agentes públicos, que devem exigir uma política tributária do Estado, em vez de aceitar preferências agradáveis a cada governo?” Delarue aproveitou para pedir atenção sobre os riscos de ingerência. “Assim como ao Banco Central cabe a titularidade da política monetária, à Receita Federal deve caber a titularidade da política tributária”.

Ficando para trás?

Com passagens pelo Tesouro Nacional e pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Eduardo Guardia acha que, tomando por base a saúde fiscal, a situação corrente é menos favorável que em anos anteriores. “Perdemos o bonde entre 2003 e 2008, quando as condições macroeconômicas eram favoráveis. Agora, com a deterioração das contas públicas, será mais difícil”. A impressão que domina o debate sobre a viabilidade da reforma

é de que o tempo passou e ficamos para trás. Tudo se tornou mais complicado. “Como todos sabemos, a reforma do sistema tributário é, desde sempre, um dos grandes desafios enfrentados pela nação brasileira”, recorda Marcos Cintra, vice-presidente licenciado da FGV e secretário do Trabalho do município de São Paulo. Há tempos Cintra acompanha de perto a evolução do tema, ou a falta de evolução. “No Congresso Nacional, é frustrante perceber que as discussões terminam sem consenso, sem qualquer resultado prático. A única consequência tem sido a proliferação de remendos, de atos tributários carentes de coesão. Costuramos uma colcha de retalhos cada vez mais incompreensível e menos eficiente do ponto de vista econômico”.

Uma boa chance de mexer no conjunto acompanha as trocas de liderança estadual e federal em 2011. Tantos os estudos acadêmicos quanto a experiência prática apontam que o primeiro ano de mudanças estruturais. Para Paulo Ayres Barreto, professor da USP, quem for vencedor nas eleições de 2010 deve, por bom senso e obrigação, conhecer e executar propostas levantadas por órgãos como o NEF, “pois isso ajudará na implementação de uma reforma tributária”. “Incomoda o descompasso entre a enorme quantidade de conversas e a noção de que o assunto simplesmente não sai do lugar. Quem já tentou mudar um mínimo detalhe do sistema sabe quanto esforço isso exige.”

Nas vezes em que alguém procura melhorar as coisas, ao menos duas perspectivas se abrem, afirma Paulo Ayres Barreto: “A primeira evoca medidas simples, como o caso da tributação sobre a renda da pessoa física no Brasil, que é tida por muitos como um paradigma, um modelo a ser seguido, graças a seu caráter prático. A segunda diz que, se à simplicidade conseguirmos somar a justiça tributária, tanto melhor”. Enfatizando as nuances de interpretação, Ayres Barreto argumenta que “do ponto de vista do contribuinte, é difícil compreender que os cofres públicos dependam de uma carga tributária estimada em 40% do PIB”. Já do ponto de vista do Fisco, mesmo assim as contas não fecham, despesas superam sistematicamente as receitas. “Muito mais do que um problema aritmético, precisamos equacionar anseios de praticidade, eficiência, justiça, capacidade contributiva e segurança jurídica. Cada um desses tópicos encontra interesses conflitantes.”

Trocando entre defeitos

A dificuldade de avançar está ligada ao imperativo das escolhas. Eduardo Guardia nunca ouviu falar de revolução neutra: “Alguém sempre tem que pagar a conta. Mas não vejo uma vontade política de avanço na reforma tributária, com a devida disposição para arbitrar perdas”. O princípio de trade-off, trocar um pelo outro, rege toda e qualquer decisão econômica e, por estar contida, também toda e qualquer decisão tributária. Logo, cabe a quem

decide pesar qualidades e defeitos para ver o que sobra. Vide o caso do imposto de renda, descrito por Barreto: “O IR não é um imposto perfeitamente justo. De um lado, imagine o indivíduo que sustenta uma família com cinco filhos, ajuda seus pais e seus sogros e briga para comprar uma casa própria. De outro, o indivíduo que ganha a mesma importância do primeiro, é solteiro e mora confortavelmente com os pais. Ora, sabemos que a tributação de um e de outro não será suficientemente distante a ponto de implicar isonomia. Porém, nem por isso o IR deixa de ter méritos. Provavelmente o alcance de isonomia entre esses dois indivíduos demandaria complexidades adicionais bastante onerosas. Assim, a troca entre objetivos não compensaria”.

Embora nesse exemplo soe trivial, o professor da USP ressalva que o cálculo do trade-off frequentemente encontra um impasse. “No meio da conta, surgem sérias dificuldades”. No PIS/Cofins, cumulatividade ou não cumulatividade? “Todos queríamos a não cumulatividade, brigávamos por ela. Na teoria, a solução encontrada era maravilhosa. Na prática, um dia as ideias chegaram a Brasília e alguém resolveu



Na abertura dos trabalhos do colóquio, a fala de Eurico de Santi

se lembrar da proteção aos interesses do erário. Como resultado, hoje temos um sistema absurdamente confuso, que rende muitas teses de doutorado”.

Pedro Delarue narra a primeira coisa que lhe vem à mente quando pensa em reforma tributária: “É a complexidade”. A segunda coisa, que provavelmente decorre da primeira, é a inversão dos preceitos. “Temos uma legislação que, ao contrário do

que ocorre nos países desenvolvidos, privilegia a tributação sobre o consumo, quando as melhores práticas mundiais, inclusive por uma questão de progressividade, privilegiam a tributação sobre o patrimônio e a renda. Há muitas incoerências no caso brasileiro.”

Para não ignorar o óbvio, Fernando Rezende lembra que “chegamos a uma situação na qual a carga tributária bateu

sucessivos recordes, somando 15 pontos percentuais em pouco mais de uma década e meia – média de um ponto por ano”. China e Índia tem 15% do PIB, a América Latina tem 20% e nós com 36%. “Não só é elevada, mas também complexa, trazendo problemas de insegurança jurídica. Como se não bastasse, falta transparência, sobra cumulatividade, a desoneração das exportações é incompleta e pesam os custos administrativos, tanto para o Fisco quanto para os contribuintes”, contrapõe Eduardo Guardia. De fato, diante de medidas de eficiência, precisamos agregar os chamados “custos de conformidade”, que não se fazem esquecer. Estatísticas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário apontam que, de 1988 a 2008, conhecemos cerca de 250 mil novas normas tributárias vindas de união, estados e municípios. “Isso significa uma média por dia útil de 5,69 normas da união, 15,20 dos estados e 30,28 dos municípios, perfazendo o total de 51,17”, conclui Marcos Cintra. E, para empresas com faturamento até R\$ 100 milhões, que são maioria no Brasil, os

Tantos os estudos acadêmicos quanto a experiência prática apontam que o primeiro ano de governo é o mais propício à aprovação de mudanças estruturais

custos meramente operacionais ligados ao recolhimento chegam a 7,3% das receitas. “Fazendo a equivalência em termos macroeconômicos, chegamos à proporção de 5,8% do PIB, que quase nunca entra na conta tradicionalmente feita para a carga tributária”.

“Só conseguiremos legitimar os impostos por meio da qualidade dos gastos, mudando a dinâmica macro das contas públicas. Enquanto os gas-

tos forem crescentes, não deixarão a receita em paz”, avisa Guardia. Temor compartilhado por Paulo Ayres Barreto: “Parece-me que outra das grandes cegueiras seja a falta de preocupação com o gasto público”.

Novos paradigmas

Conhecido pela campanha em prol do imposto único, Marcos Cintra agora sai em defesa do IMF, um imposto sobre movimentação financeira nos moldes da extinta CPMF. Ele crê que, moldados de forma inteligente, sem abusos e sem cumulatividade, tributos sobre movimentação financeira podem compor uma agenda valiosa de reforma para o Brasil. São a troca do ultrapassado pelo moderno, contextualizada só com uma aula de história.

Os sistemas tributários convencionais têm inspiração tipicamente fordista, pressupondo empresas que funcionam dentro de uma economia industrial fechada, com linha de produção, relação hierárquica entre empresário e trabalhador, estrutura física integrada, concentração geográfica, fornecedores

NENHUMA RECEITA VALE PARA TODOS

Há 50 anos trabalhando e assessorando países na área fiscal, Richard Bird descarta soluções curtas e simplificadoras

Por Rodolfo Amstalden

Para quem desconhece a experiência do Doutor Richard Bird no campo tributário, sua ex-aluna de doutorado Mônica Pinhanez dirime as dúvidas ao apresentá-lo à plateia durante o Colóquio Internacional do Núcleo de Estudos Fiscais: “Ele tem uma vida de 50 anos atuando nessa área”. O professor emérito da Universidade de Toronto também deu aulas como visitante na Austrália, Estados Unidos, Holanda, Índia e Inglaterra, entre outros países. E sempre combinou o acadêmico ao profissional. Trabalhou como membro do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI), consultor regular do Banco Mundial e assessor do Ministério da Fazenda na Colômbia. Seus estudos tratam especialmente de obstáculos fiscais enfrentados por nações emergentes,

que não são poucos. Por isso, faz sentido ouvir o que pensa, tanto de problemas globais como dos brasileiros.

Com a ressalva de que “nenhuma resposta está certa em todo lugar, a todo momento”, Bird tem simpatia pela dita santíssima trindade dentre as opções de reforma tributária: base maior, taxas menores e administração eficiente. Forma mútua por meio da qual boa parte das eventuais insatisfações e distorções é diluída, e outra parte é corrigida. “De fato, essas três coisas fáceis de decorar resumem muito do que precisamos fazer.” E também muito do que não fazemos, perdendo escala com a atividade informal, onerando setores mais fiscalizáveis e escolhendo ingerências sobre processos técnicos. Pecados de uma área já nascida para incomodar. “Ninguém gos-

ta de impostos”, admite o professor. As pessoas não gostam de pagá-los e os governos de implementá-los. “Infelizmente, impostos são necessários para financiar os gastos públicos de maneira não inflacionária e para garantir que a conta seja distribuída com alguma justiça”.

O economista insiste em deixar claro que a política tributária não se limita ao escopo econômico. “Como é um assunto que mexe com o princípio de equidade, fatores políticos também vêm à tona”, assim como de outras ordens. Tal complexidade inibe respostas simples e rápidas, das que se ouve e vai embora sem pensar. “Toda frase curta sobre economia é inerentemente falsa”, lembra Richard Bird, citando uma frase curta de Alfred Marshall. E o complexo inibe também os confortos da experiên-

cia. “É preciso ser jovem e ingênuo para dedicar-se a uma disciplina na qual, décadas após a fase introdutória, ainda não se encontram soluções universais. Por isso – avisa o professor –, se um jornalista quiser me entrevistar, só não pode perguntar “o que devemos fazer”.

Quais são as principais razões capazes de forçar uma reforma tributária e que tipos de obstáculos elas enfrentam?

Prof. Richard Bird Não estou certo de que conseguiremos elencar “principais razões”, já que tais reformas podem mirar uma vasta gama de objetivos: aumentar as receitas do governo; reduzir distorções para impulsionar o crescimento econômico; simplificar a estrutura de tributação para controlar custos de conformidade; amenizar a regressividade do sistema etc. Quanto aos obstáculos, tendem a aparecer sobretudo no campo político. É fácil imaginar que sempre há algumas pessoas que estão – ou pensam

Não é preciso ir tão longe: a América Latina fornece bons exemplos, como a reestruturação do imposto de renda no Uruguai ou a descentralização fiscal na Colômbia

que estão – melhores sem a reforma do que com ela. E, de forma geral, sabemos que mudanças, mesmo que para melhor, geram uma sensação incômoda, e são mal recebidas pela maioria. Em segundo lugar, devemos considerar também eventuais barreiras administrativas, como a dificuldade de taxar diretamente as atividades do mercado informal.

O Brasil poderia escolher atalhos, reproduzindo experiências bem-sucedidas em outros países?

Richard Bird Nunca é fácil importar experiências estrangeiras, porque – falando de um modo simples – “lá” é muito diferente de “aqui”. Ou seja, não podemos deliberar sobre transforma-

ções institucionais sem levar em conta o ambiente em que as propostas estão inseridas. Como cada nação carrega uma série de particularidades, precisamos ponderar todas elas antes de decidir pelo melhor caminho. O progresso de outros países – como o do Chile, no caso dos

excelentes processos de administração tributária – pode servir de sugestão às autoridades brasileiras. No entanto, isso não implica atalhos. É ingênuo copiar essa provisão ou aquela técnica de outro lugar, esperando simplesmente que funcione aqui do jeito que funciona lá. Porém, mesmo sem traduções perfeitas, vale a pena procurar exemplos de melhorias tributárias no exterior. Para isso nem é preciso ir tão longe, pois a América Latina fornece boas referências de aprendizado, como a reestruturação do imposto de renda no Uruguai ou a descentralização fiscal na Colômbia. Muitas vezes, a lição mais importante não vem da lista de medidas executadas, mas sim

e clientes definidos, regulamentação única etc. Foi com base nessas características que nasceu o modelo de tributação autodeclaratório com auditoria. O próprio agente econômico apura o tributo devido, declara, faz recolhimento e espera os auditores. Processo que funcionaria bem em um mundo com pouca mobilidade dos fatores de produção, levando a um controle simples da arrecadação. Porém, com o passar do tempo, esse sistema convencional vai se tornando mais e mais problemático. O Estado, que antes arrecadava 12% ou 15% do PIB, começa a criar necessidades, a ponto de a carga tributária beirar os 50% do PIB. No entanto, não é preciso se impressionar: mesmo países desenvolvidos aproximam-se dos 30% do PIB. Um dos resultados naturais desse aumento do setor público é a base de incidências múltiplas. Como o governo não consegue alcançar tamanha fração apelando apenas ao imposto de renda, apenas à

circulação, apenas aos salários ou ao comércio exterior, acaba por escolher uma combinação de tudo, e com alíquotas elevadas. Ou seja, estrutura não linear e com elevados ônus operacionais.

Ao longo dos últimos 30 anos, dois fatos provocaram mudanças consideráveis de cenário: a globalização e o avanço tecnológico. Com a globalização, as firmas estenderam suas estratégias para além das fronteiras nacionais, tecendo redes de relacionamento distribuídas por diversos países. Grandes volumes de importações e exportações, subsidiárias, remessas de lucros e contas em paraísos fiscais revolucionaram a lógica do sistema. Paralelamente, os avanços tecnológicos intensificaram as vias de comunicação, de transporte de dados e permitiram que a moeda assumisse de vez sua faceta virtual. No Brasil, por exemplo, graças à herança da hiperinflação, o papel-moeda em circulação equivale a menos de 3% do PIB, contra

8% nos Estados Unidos, 15% no Japão e 40% na Suíça. Somos referência quando o assunto é dinheiro eletrônico. Contabilizando esses efeitos, Cintra nota que as bases tributárias mais dinâmicas conseguem escapar dos instrumentos de arrecadação tradicionais, deixando para trás as bases mais morosas, que acabam sobretaxadas. “Isso é evidente no caso da nossa folha de salários, cuja incidência atinge 42% quando somamos contribuição patronal e do próprio assalariado”. Tais impasses indicam a necessidade de um novo paradigma.

Enfim, recorrer ao doutor

Há várias décadas um dos ícones do pensamento tributário, ajudando a desenhar reformas tanto em países desenvolvidos quanto em nações emergentes, o professor Richard Bird, da Universidade de Toronto, é o convidado internacional, a figura acadêmica mais esperada do colóquio. Mas, enquanto o

da exata maneira com que foram preparadas. Tanto o Uruguai quanto a Colômbia adotaram preliminares precisas, por meio de pesquisas amplas e cuidadosas, envolvendo consulta à sociedade ao longo dos anos. Muitas dessas experiências, incluindo algumas brasileiras, estão documentadas por organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Brasil incluído, muitos países tropeçam na tentativa de conjugar receitas e gastos fiscais. Como aliviar tal descompasso?

Richard Bird Quando as receitas tributárias disparam, os governos tendem a gastá-las. Porém, quando elas caem, não é tão fácil cortar os gastos na mesma proporção. Só consegue aliviar essa assimetria quem amadurece e atinge certa autodisciplina. Assim como qualquer pessoa, os governos devem aprender a lidar com fenômenos cíclicos e fenômenos incertos, traçando seus orçamentos de acordo com a conjuntura. Quando é tempo de fartura, não gaste tudo; em vez disso, aproveite para amortizar dívidas (cortando despesas com juros)

Uma boa administração tributária depende de apoio político e precisa de gestores capacitados, com estratégias claras, que avaliem sua performance e publiquem relatórios periódicos

e reduzir a carga tributária. Nos casos em que a arrecadação extra é fruto de fatores específicos, como a valorização das commodities, o setor público pode neutralizar eventuais exageros por meio de fundos de reserva. Assim, quando as coisas forem mal, existe espaço para recorrer a um endividamento saudável ou ao realinhamento de tributos, caso necessário. Fazendo um esforço nas horas fáceis, o afrouxamento nos momentos difíceis não compromete a solidez da posição fiscal. Isso tudo é lição de cartilha nos cursos de gestão tributária – nada complicado de entender.

Qual a relação entre tributação e crescimento?

Richard Bird Essa questão é polêmica. A melhor resposta para ela está em um artigo publicado há pouco pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Lendo o artigo, notamos que não sabemos tanto quanto

gostaríamos sobre essas relações, mas que – de consolo – ao menos já criamos consenso sobre alguns aspectos importantes. Por exemplo, incentivos tributários não costumam ser muito relevantes ou mesmo úteis. Por outro lado, a existência de altos im-

postos que onerem o lucro corporativo e a renda pessoal disponível é, na maioria das vezes, prejudicial. Recapitulando, essas duas impressões parecem coerentes com o raciocínio implícito no método BBLR: conserve a base ampla (isto é, não abra mão dela por meio de incentivos) e, ao mesmo tempo, mantenha as tarifas pequenas.

Por que incentivos fiscais não costumam ser úteis?

Richard Bird Nessa discussão, o que importa é o julgamento feito acerca dos formuladores de política econômica. Ao gastarem o dinheiro de outras pessoas, eles conseguem tomar decisões melhores que as advindas do setor privado, que se responsabiliza por seu próprio dinheiro? Esse dilema se associa a outro, também fundamental, sobre o perfil dos mercados. Não preciso mais perguntar se eles são perfeitos ou não. Já sabemos que os mercados nem sempre

chamam de professor, ele mesmo reconhece outra profissão. “Tenho um amigo que passou a me chamar de Doutor Fiscal. Perguntei a ele o porquê, e ele me explicou que nunca vira alguém que fizesse tantas visitas a países com sérias doenças fiscais”. Bird faz as contas: já foi consultado por 60 nações: 40 demandando tratamento completo e 20 pedindo check-up rápido. Nessas visitas, se incomoda que os jornalistas peçam entrevistas e perguntem, logo de cara: o que devemos fazer? “Acabo de descer do avião e já vem a pergunta: o que devemos fazer, professor Bird? Ora, vocês, que são residentes, provavelmente sabem a resposta melhor do que eu.”

“Se você conhece um país o bastante, sabe de onde vêm suas fraquezas, seus tropeços históricos” – e Bird afirma não saber tanto assim sobre o Brasil, pois só conhecemos um país de dentro, e ele deve ter passado, no máximo, dez dias aqui durante os últimos 20 anos. Não

conhece bem a história, a cultura e não entende o idioma. Portanto, não terá a pretensão de análises profundas. “Com base em comparações com experiências que tive, avalio que os problemas que o Brasil enfrenta não são exclusivos; porém, nunca tinha encontrado todos eles em um só lugar, ao mesmo tempo.”

O Brasil possui um aparato público gigantesco, avalia o professor, mesmo se comparado apenas com os países emergentes. Não só o governo é grande, como tem crescido rapidamente ao longo dos últimos anos. “Com um orçamento estatal desse tamanho, é difícil entender as defasagens em educação e saúde”. Talvez existam porque enfrentemos uma mazela quase que inequívoca quanto ao grau de eficiência do setor público. Estudos internacionais apontam que, na maioria dos casos, o dinheiro arrecadado com uma carga tributária acima de 30% do PIB se perde no meio do caminho, é direcionado a usos pouco produtivos.

“Todos sabemos que a carga brasileira já ultrapassou esse patamar faz tempo. Como consolo, eu imagino que, uma vez que a introdução de novos tributos tornou-se absolutamente intolerável, a única opção restante é qualitativa, tornando a estrutura atual mais produtiva.”

Richard Bird diagnostica outro corpo estranho: ouviu dizer que o Brasil busca aliviar o papel do Estado em grandes empreendimentos de infraestrutura por meio das PPPs, Parcerias Público-Privadas. “Já vi muitas tentativas nesse sentido, em uma dezena de países, mas nenhuma realmente deu certo. Nos casos em que dá menos errado, o Estado faz os principais investimentos e arca com os maiores riscos, enquanto o empresário assume o projeto em seu melhor momento, pronto para explorar os benefícios. E, caso não apareçam os lucros, o empresário devolve às mãos do governo, que é então obrigado a cuidar de um elefante branco”.

funcionam direito, graças a desvios criados pelo setor público ou à dificuldade de precificar externalidades de modo correto. Então, o que preciso perguntar é: de alguma maneira, somos mais capazes que determinado mercado na tarefa de identificar e impor um preço justo, que reflita todos os custos reais? Essa é questão difícil, e os formuladores frequentemente respondem-na errado, criando outras distorções enquanto tentam compensar os problemas originais.

Quais são as condições necessárias para uma boa administração tributária?

Richard Bird Descrevê-las é simples. Uma boa administração tributária depende de forte apoio político, mas sem que haja ingerência sobre suas operações cotidianas. Precisa de gestores capacitados, que montem estratégias claras, avaliem sua performance e publiquem relatórios periódicos. E também precisa de estrutura organizacional, com fontes de recursos e hierarquias bem definidas. Em outras palavras, tudo deve ocorrer como em um bom negócio privado, só que ressaltando os interesses públicos envolvidos. Embora seja às vezes relegada, a parte administrativa é vital à eficiência da atribuição e coleta dos tributos.

Pensando em implicações de política econômica, quais as principais diferenças entre



impostos sobre consumo, renda e propriedade?

Richard Bird Se estamos preocupados com crescimento econômico, impostos sobre a propriedade são os menos prejudiciais, seguidos de impostos sobre o consumo e, por fim, sobre a renda. Se visamos políticas distributivas, provavelmente o ranking é: renda, propriedade e consumo. Já no caso de simplicidade, a ordem fica: consumo, renda e proprie-

dade. Ou seja, depende do objetivo. Na prática, estamos interessados nessas metas conjuntamente, e também em outras. Além disso, os três tipos citados carregam tantas singularidades que qualquer fórmula de bolso acaba por enganar mais do que esclarecer.

Nem sempre é fácil enxergar para onde vai a receita arrecadada com impostos. De que forma podemos melhorar essa percepção?

Richard Bird Temos que falar o tempo todo sobre o assunto, obrigando o governo a nos contar exatamente quanto dinheiro está sendo recolhido de cada um e qual o destino dado a ele. O comportamento do setor público está diretamente ligado ao grau de informação da sociedade sobre o que acontece no governo. Qualquer bom governo depende de uma sociedade bem informada, interessada no que os governantes fazem dia a dia. Nesse sentido, o trabalho do jornalista é valioso, pois força os políticos a terem uma atitude honesta, dado que, diante de uma cobertura próxima, fica difícil esconder o jogo durante muito tempo. Obviamente, o trabalho do repórter não é o de deixar o governo feliz, nem o de espalhar à sociedade preconceitos contra o setor público, mas sim dizer aos dois lados o que realmente acontece, mesmo que eles não queiram ouvir (e normalmente não querem).